



CONTY A-CORRENTE

A análise da conjuntura econômica na visão e linguagem do sindicalismo classista e dos movimentos sociais

Boletim quinzenal de conjuntura econômica do ILAESE

Ano 02, Nº 17 - 15 de Fevereiro de 2012

O Grande Golpe

Em 28 de fevereiro, o governo Dilma vai colocar em votação o PL 1992 que institui o FUNPRESP, a previdência privada dos servidores públicos. Se aprovado, será criado o maior fundo de pensão do Brasil e uma das maiores privatizações da nossa história. O PL resultará em perda de direitos básicos, como o fim da aposentadoria especial para as mulheres, além de expor a aposentadoria do trabalhador à especulação financeira.

Por Daniel Romero

Com a falsa alegação de que a previdência social do servidor público é deficitária, o governo Dilma planeja um golpe no Regime Público de Previdência Social.

O projeto em votação institui um teto para as aposentadorias dos servidores e cria uma previdência privada para aqueles que recebem acima do teto.

Insegurança na hora de se aposentar

Existem duas modalidades básicas de previdência privada: Benefício

Definido (BD) e Contribuição Definida (CD).

No primeiro caso, em tese o segurado tem garantia de quanto ele vai receber ao fim do tempo de contribuição.

Diferente deste modelo, o FUNPRESP vai funcionar no sistema de Contribuição Definida, ou seja, sabe-se o quanto vai pagar ao longo do tempo de trabalho, mas não se tem garantia de quanto vai receber na aposentadoria e por quanto tempo.

A previdência privada na forma de CD, na prática, é um investimento de risco no mercado

financeiro e, como tal, não está baseado no princípio de seguridade social, mutualismo e política de distribuição de renda.

Esta edição analisa as mudanças na previdência dos servidores caso o projeto seja aprovado: porque se perderá as aposentadorias especiais para mulheres e professores, qual será o impacto no valor das aposentadorias e o que ocorrerá com outros benefícios.

Por fim, qual o significado dos fundos de pensão no capitalismo financeirizado e seu papel na situação brasileira.

A quarta reforma da previdência

O projeto do PT de previdência privada reduz as aposentadorias, acaba com a aposentadoria especial para mulheres e professores, acaba com os auxílio-doença e salário maternidade e não considera as aposentadorias não programadas.

Estamos diante de mais uma reforma da previdência e o alvo agora são os servidores públicos federais.

O projeto do governo Dilma estabelece para os servidores públicos um **limite de aposentadoria** no mesmo nível dos trabalhadores da iniciativa privada, atualmente em R\$ 3.916,00.

Após este valor, o governo deixa de recolher os 22% que é sua obrigação legal e passaria a contribuir com o mesmo valor do trabalhador até a taxa limite de 7,5% do salário.

Redução da aposentadoria

O FUNPRESP vai funcionar com contas individuais para cada segurado e, quando ele se aposentar, receberá em parcelas o valor acumulado.

Como a contribuição do governo é muito pequena, a tendência é que a aposentadoria se afaste ainda mais dos valores integrais.

Simulações realizadas pelo próprio governo estimam que um servidor

Salário hipotético ao longo da carreira:

de R\$ 4.300 a R\$ 8.000

Com quanto se aposentaria com as novas regras

R\$ 4.560*

Perda em relação ao último salário

R\$ 3.440 mensais ou 43%

** Considerando idade de aposentadoria de 65 anos e que a pessoa viva até os 95. Cenário: inflação de 4,5% ao ano, juro real de 4%, taxa de carregamento de 4%, taxa de benefício de risco de 8,7%.
Fonte: Estadão on line (Seção Economia de 22/11/2011).*

em fim de carreira com ganhos de R\$ 8.000,00 se aposentará com R\$ 4.560, apenas 57% do valor da ativa.

Fim da aposentadoria especial para mulheres e professores

Atualmente, as mulheres têm direito a um redutor de 05 anos em relação aos homens, podendo se aposentar com 30 anos de contribuição e 55 anos de idade. O mesmo vale para professores do ensino médio e fundamental. Assim, no

caso das professoras, estes redutores se somam e elas podem se aposentar com 25 anos de contribuição e 50 anos de idade.

Com a aposentaria privada, tudo isso simplesmente acaba.

Fim do auxílio-doença e salário maternidade

Os benefícios sociais, que fazem parte de qualquer previdência baseada em seguridade social, não estão previstos no projeto de lei que institui o FUNPRESP. Assim, no caso de uma licença por

saúde ou por maternidade, até agora os servidores só têm garantidos os benefícios dentro do teto pagos pela previdência pública.

Não considera as aposentadorias não programadas

O projeto afirma que a aposentadoria privada deverá arcar com as pensões por morte ou aposentadorias por invalidez, mas não estabelece a fonte destes financiamentos. Seguramente, sairá dos segurados a partir de taxas adicionais. ●

Mais fichas para o Cassino

A previdência privada cria um novo flão para o mercado financeiro internacional, pois entrega a gestão do fundo para bancos e seguradoras. Ao mesmo tempo, expõe os trabalhadores aos riscos da especulação.

Risco de falência

O governo alega que a previdência pública do servidor é deficitária, mesmo recolhendo 11% do trabalhador e 22% da União.

Como um regime que cobra 33% é acusado de deficitário e outro, que cobrará cerca de 15% é apresentado como auto-sustentável?

A “solução” para isso será uma redução brutal nas aposentadorias, sem afastar o risco de quebra do fundo de pensão, como ocorreu no Chile e na Argentina e que tiveram que ser reassumidos pelos governos.

Exposição aos riscos do mercado financeiro

A gestão do fundo seria feita por uma entidade privada do setor financeiro (banco ou seguradora), escolhida por meio de leilão.

A empresa vencedora irá cobrar taxas de administração (não há limite definido para as mesmas no projeto. A Previ, do Banco do Brasil, cobra cerca de 4%).

Além disso, poderá

investir no mercado financeiro até 40% de todos os recursos do fundo.

No caso de perdas nos investimentos, o segurado é quem assume o ônus sozinho, não cabendo ao gestor nenhuma penalidade, responsabilização ou co-participação.

Como a aposentadoria privada é por CD e não por BD, qualquer oscilação do mercado ao

longo de 30 anos (!) irá reduzir diretamente os ativos do fundo de pensão.

Fim da aposentadoria vitalícia

Como a aposentadoria privada é uma conta individual, uma vez tendo acabado o dinheiro, acabou a aposentadoria. Em uma simulação da ANFIP, um servidor que recebe um salário de R\$ 10.000

e desconta 11% acima do teto para a previdência privada (mais 7,5% do governo) durante 27 anos, só conseguiria uma aposentadoria integral durante os 11 primeiros anos.

Se ele se aposentar aos 65 anos, a partir dos 77 anos sua renda cairá 63%, pois a aposentaria pública será a única fonte de rendimento até o fim da sua vida. ●

O Mito do Déficit da Previdência Social

Receitas e Despesas da Seguridade Social (em R\$ milhões)

	2008	2009	2010
Receitas			
1. Contribuições Sociais	359.840	375.887	441.266
2. Entidades da Seguridade	15.191	14.923	15.224
3. Outras Receitas	2.048	2.015	2.136
Receita total	377.079	392.826	458.626
Despesas			
1. Previdência	199.562	225.096	254.859
2. Benefícios Assistenciais	15.641	18.712	22.234
3. Bolsa-família e outras transferências	10.526	11.851	13.493
4. Saúde	50.265	58.261	61.096
5. Outras Despesas	34.786	45.965	48.835
Despesa total	310.779	359.886	400.517
Saldo da Seguridade Social	66.300	32.940	59.109

Fontes: MPS para receitas e despesas previdenciárias; STN-MF para demais receitas e despesas. Elaboração ANFIP e Fundação ANFIP.

O Significado dos Fundos de Pensão

Os fundos de pensão não são aposentadorias privadas, mas instituições financeiras que ocupam papel central no processo de financeirização do capitalismo às custas de recursos do trabalhador.

De acordo com a empresa de consultoria Towers Watson, os ativos dos fundos de pensão norte-americanos em 2010 ultrapassaram os 15 trilhões de dólares, o equivalente a 104% do PIB do país.

Tamanho peso faz com que os mesmos sejam responsáveis por cerca de 80% de todas as transações no mercado financeiro e, em fins dos anos 90, detivessem 25% do conjunto das empresas e metade do capital das 25 maiores corporações dos EUA.

Em função dos enormes capitais que mobilizam, os Fundos de Pensão são caracterizados pela pesquisadora Sara Granemann, em sua Tese de Doutorado "Para Uma Interpretação Marxista da 'Previdência Privada'", como definidores dos rumos do mercado financeiro e, por sua vez, da maneira como se estrutura o capitalismo em escala internacional.

Mais-valia suplementar

As previdências privadas, principalmente

aquelas que não garantem benefício definido, a rigor não são previdência.

Além da mais-valia que as empresas já extraem no processo de trabalho, as previdências privadas são uma mais-valia suplementar.

Sob o pretexto de uma aposentadoria, é feita uma nova dedução do salário do trabalhador que a empresa dispõe do seu uso por 30 ou 40 anos.

Durante este período, estes recursos são usados

para os investimentos mais diversos no mercado financeiro; se os investimentos derem certo, o capital abocanha uma grande parte e devolve (em parcelas) para o trabalhador apenas uma parte do valor acumulado.

Se derem errado, o trabalhador arca com todas as perdas.

Não raro isso acontece, como foi o caso em 2008. Os fundos de pensão eram um dos principais proprietários dos derivati-

US\$ 5,7 trilhões

Isto foi quanto os fundos de pensão perderam em 2008 em função da crise econômica, segundo a OCDE. Este valor equivale a 20% de todos os seus ativos e representa quase 3 vezes o PIB brasileiro.

Os Fundos Pensão no Mundo

	Ativos Totais em 2010 (em US\$ bi)	% do PIB
EUA	15.265	104
Japão	3.471	64
Inglaterra	2.279	101
Alemanha	471	14
Brasil	342	17
França	133	5

Fonte: Towers Watson. Estudo Global de Ativos dos Fundos de Pensão 2011.

vos do sistema imobiliário americano, que resultaram em perdas da ordem de 5,7 trilhões de dólares segundo a OCDE.

Crédito

abundante e barato

Neste sentido, a previdência privada é a transformação do salário do trabalhador em capital-dinheiro, servindo como uma forma das instituições financeiras conseguirem abundante crédito praticamente de graça para seus investimentos. ●